

**11° CONGRESSO
RECONSTRUINDO
O BRASIL**



20, 21, 22 e 23 de setembro de 2023 - Guarulhos/SP

**CADERNO
DE TESE**

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Julimar Roberto

Federação dos Trabalhadores no Comércio e no Setor de Serviços do Distrito Federal - DF

Vice-Presidente

Antônio Carlos Filho

Sindicato dos Hoteleiros de Águas de Lindóia – SP

Secretário de Administração e Finanças

Eliezer Gomes

Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa – PB

Secretária Adjunta de Finanças

Lúbia Conceição Silva

Sindicato dos Comerciantes de Osasco e Região – SP

Secretário Geral

Valeir Ertle

Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis – SC

Secretário de Relações Internacionais

Alci Matos Araujo

Sindicato dos Empregados no Comércio do Espírito Santo – ES

Secretário de Organização e Políticas Sindicais

Alexandre da Conceição

Sindicato dos Comerciantes de Osasco e Região – SP

Secretária de Relações do Trabalho

Ana Maria Roeder

Sindicato dos Empregados no Comércio de Jaraguá do Sul e Região – SC

Secretaria de Organização do Setor de Serviços

Andréa Cristina da Silva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário,
Prestação de Serviços Terceirizáveis no Distrito Federal – DF

Secretária de Comunicação

Francisca Helenice Pereira

Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza – CE

Secretária de Políticas Sociais

Luziane Aparecida Rigueti Nogueira

Sindicato dos Trabalhadores Empresas de Asseio Conservação Limpeza Pública e Serviços Similares no Estado do Espírito Santo – ES

Secretária de Mulheres

Mara Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Secretário de Saúde e Segurança

Domingos Braga Mota

Sindicato dos Comerciantes de Fortaleza – CE

Secretária de Promoção da Igualdade Racial

Paloma dos Santos

Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação de Cubatão, Guarujá, Praia Grande e São Vicente – SP

Secretário Jurídico

Edmilson dos Santos

Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís – MA

Secretário de Formação

Olinto Teonácio Neto

Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços do Rio Grande do Norte – RN

Secretária de Assuntos Culturais

Kaliane Elvira da Silva

Sindicato dos Empregados em Supermercados e Similares de Mossoró – RN

Secretária de Juventude

Luana Costa Santos

Sindicato dos Empregados no Comércio de Estância – SE

Secretário de Meio Ambiente

José Vanilson Cordeiro

Sindicato dos Comerciantes de Ponta Grossa e Região – PR

Coordenador Administrativo e Político da Sede da Confederação

Luiz Saraiva

Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal – DF

SAUDAÇÃO ÀS DELEGAÇÕES

Já estamos em plena terceira década do século XXI. Há um século, a classe trabalhadora brasileira lutava para ter garantias normativas que lhe assegurassem a jornada de 8 horas diárias e um salário-mínimo profissional em meio a tantos outros direitos, dentre os quais os sindicais.

2. Trabalhadores em atividades comerciais e de serviços existem desde que as trocas de mercadorias se estabeleceram. No Brasil, durante o último século, foram intensas as batalhas travadas pelos sindicatos em defesa de direitos.

3. Em 1943, muitas das conquistas obtidas nestas jornadas de lutas foram consolidadas na CLT, cujo próprio nome revela tratar-se de uma consolidação. Esta regulação das relações de trabalho propiciou aos empresários e ao Estado organizarem e ajustarem os costumes de imigrantes e dos homens que migravam do campo às suas atividades empresariais.

4. As lutas continuaram na segunda metade do século passado e sofreram um breque com o golpe militar de março de 1964. A estabilidade no emprego aos 10 anos de serviços prestados ao mesmo empregador foi substituída pelo FGTS e a alta rotatividade passou a ser usual, destacadamente no comércio e serviços.

5. No final da década de 1970, sob a liderança de Lula nasceu o novo sindicalismo, criando as condições para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

6. As lutas daquele período propiciaram a inclusão de importantes direitos nos artigos 7º e 8º da Constituição Federal de 1988. Os trabalhadores no comércio avançaram em sua organização e criaram as condições para a fundação da CONTRACS, que, em julho, comemora 33 anos de vida.

7. Enfrentamos as operações governamentais que desregulamentaram e flexibilizaram direitos durante toda a década de 1990. A classe trabalhadora acumulou força organizativa e experiência política e, nas eleições de 2002, elegeram Lula para Presidente. Iniciou-se um período de importantes conquistas. Mas, o setor patronal não nos deu trégua, pressionando pela desregulamentação de direitos em todos os cantos e recantos, destacadamente nas Câmaras Municipais, onde buscava a liberação do trabalho aos domingos.

8. Com o golpe político, jurídico e midiático de 2016, tivemos a reforma trabalhista que nos impôs situações muito desfavoráveis aos sindicatos e aos trabalhadores. Passaram-se seis anos de retrocessos e Lula foi reeleito e retornou à Presidência da República.

9. É neste cenário que realizamos o nosso XI Congresso. As experiências acumuladas nestes 33 anos de vida nos propicia discutir e construir resoluções que armem nossa Confederação e as federações e sindicatos filiados para recuperarmos o que perdemos e avançarmos em direção a uma sociedade onde haja oportunidades de trabalho e renda para todos e todas.

10. Sejam bem-vindos às discussões. Segue nossa tese para orientar todas as reflexões e que nossas resoluções nos preparem para esta nova jornada.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ANÁLISE DE CONJUNTURA	8
UMA SOCIEDADE DE DIREITOS QUE RESPEITE A DIVERSIDADE	26
PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO E LUTAS	30



APRESENTAÇÃO

- S**ejam todos e todas bem-vindos ao 11º Congresso Nacional da Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços. Vocês estão desafiados(as) a construir coletivamente os rumos de nossa atuação para o próximo período.
- Nosso congresso ocorre em um momento crucial para os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras. Depois de seis anos, marcados por sistemáticos ataques aos nossos direitos, nos reunimos com a missão de recuperar o que perdemos e avançar na ampliação de nossas conquistas para todos os trabalhadores e as trabalhadoras do comércio e serviços.
- Enfrentaremos desafios novos, como a integração e a regulação dos direitos dos trabalhadores por APP, que movimentam peças, produtos e mercadorias entre as empresas e das empresas ao consumidor. Teremos que recuperar e avançar na conquista de direitos sindicais efetivos, pois o pouco que tínhamos foi duramente atacado nos últimos seis anos.
- Nossas lideranças sindicais atuam no setor que mais sofre com a informalidade, baixos salários e rotatividade. Em nosso setor a precarização e a desregulamentação de direitos foram muito fortes. Aqui, as transformações nas formas de comercializar e prestar serviços continuam intensas e promovem altos impactos nas condições de trabalho, jornada e remuneração. Tem sido crescente a substituição dos trabalhadores e trabalhadoras portadores de direitos, pela mecanização, informatização e por trabalhadores sem ou com poucos direitos.
- São intensas e muitas as mudanças nas formas de trabalho, contratação, remuneração, jornada, descanso, direitos rescisórios, dentre outros processos. Fortalecer nossa organização em todo o país, construir ações unitárias com outras entidades e atuar de forma articulada em torno das prioridades serão nossos principais desafios.
- Em face da fragmentação das relações de trabalho e da precarização das formas de contratação, uma dentre as nossas prioridades será (1) recuperar, defender e ampliar os direitos coletivos. Nesta direção, é essencial (2) o fortalecimento e a valorização das negociações coletivas setoriais, como instrumentos para gerar a solução de conflitos e assegurar direitos. Direitos coletivos que sempre devem prevalecer sobre acordos por empresa ou individuais, para que não nos transformemos em bolas, que rolam em campo conforme os chutes que recebem das empresas que concorrem no mercado. (3) Aprimorar nossas estratégias e realizar um trabalho de coordenação entre as distintas negociações está entre nossos desafios.
- Incorporar em nossa estratégia, novas formas de conquistar, defender e ampliar os direitos para todos os trabalhadores e trabalhadoras. Estamos desafiados a (4) preparar dirigentes para que sejam capazes de construir alianças com as lideranças e entidades já existentes, bem como (5) criar condições para ampliar as conquistas e fortalecer, casa vez mais, nosso ramo de comércio e serviços.
- Os desafios contemporâneos nos desafiam a (6) agir junto aos governos federal, estaduais e municipais com o objetivo de fomentar as atividades comerciais e de serviços em cada uma das três esferas, visando a geração de emprego e renda para a classe que trabalha no comércio e serviços. Na esfera federal, as possibilidades são amplas, pois, em pauta, estão a revogação dos retrocessos, o fortalecimento das negociações coletivas e a reforma sindical.

- 9 O pronunciamento de Lula e a campanha pela redução das taxas de juros, a distribuição de renda, a oferta de crédito e o fomento à retomada do crescimento são assuntos que dizem respeito a todos e todas que trabalham no comércio e serviços. Conquistar apoios efetivos dos governos para que os pequenos negócios reabram suas portas e voltem a contratar trabalhadores é essencial. A presença de dirigentes da Contracs em espaços de poder e tomada de decisão e o aprimoramento dos argumentos em defesa de nossas reivindicações são cruciais.
- 10 As manobras e artifícios contábeis usados pelo Grupo Americanas, que colocaram em risco os empregos de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, evidenciam até onde podem ir as manobras de empresários que vivem da especulação e de negócios pouco transparentes, pouco importando as consequências para quem vive de seu próprio trabalho. Trata-se de um escândalo de dimensões continentais, com alto impacto em toda a cadeia de comércio e serviços.
- 11 Atuamos firmes no caso “Americanas” certos de que situações como esta têm se tornado rotineiras em um mundo cada vez mais voltado para o lucro voraz e fácil. A geração de riquezas para poucos, em detrimento de quem de fato vive de seu próprio trabalho, tem se tornado a principal característica do capitalismo dominado pelo mundo financeiro. Assimilar as experiências com este caso é fundamental para que a Contracs possa se antecipar e agir com agilidade na eventualidade de ocorrerem situações similares.
- 12 Também estamos desafiados a (7) fortalecer nossa atuação na frente parlamentar. É por ali que tramitam proposições legislativas de alto impacto nas atividades comerciais e de serviços, podendo ampliar ou reduzir as oportunidades de trabalho e renda no setor, bem como as reformas trabalhista, sindical e tributária, que poderão fomentar o desenvolvimento e possibilitar avanços rumo ao trabalho decente.
- 13 A defesa da classe trabalhadora no campo jurídico realizada pela Contracs e pelas entidades filiadas têm se aprimorado e queremos avançar ainda mais, estreitando as articulações em todas as instâncias, como forma de ampliar nossas possibilidades de vitória. Nesse sentido, (8) retomar nosso Coletivo Jurídico está dentre nossas tarefas.
- 14 Por fim, nenhum dos desafios acima apontados será vencido sem que superemos nossas fragilidades organizativas e avancemos no fortalecimento das entidades sindicais. Todos e todas sabemos que os ataques desferidos contra o movimento sindical reduziram nossas possibilidades de atuação, de ampliação da sindicalização e de sustentabilidade. Neste sentido, (9) queremos ampliar nossas ações junto à CUT e aos sindicatos de outras categorias, em cada cidade, para que sejam maiores nossas chances de superar esta difícil situação. Não menos importante, é (10) a formação, qualificação, motivação e renovação de nossas lideranças sindicais.
- 15 Realizar uma atuação forte e planejada nestas frentes de atuação é o nosso principal aríete para superar nossos problemas e alcançar nossos objetivos. Isso pressupõe engajamento, dedicação, estudo, planejamento e ação. Para isso, vamos investir nas atividades formativas e no fortalecimento de nosso protagonismo em todas as frentes citadas, organizando a resistência e apresentando nossas demandas e propostas.
- 16 As análises e propostas apresentadas a seguir são tão abrangentes como nossa representação. Identificamos problemas, indicamos caminhos, mas lembramos que não há saída possível sem que estejamos nas bases fazendo o diálogo, aptos a escutar e dispostos a lutar junto com quem está na labuta diária em seus postos de trabalho.
- 17 Nossas lutas foram importantes para impedir a continuidade dos retrocessos trabalhistas. A conquista de um governo democrático e popular foi nossa maior vitória. A continuidade de nossos combates é crucial para tornar efetivos os avanços e as conquistas almejadas. Desejamos a todos e todas uma boa discussão e que as resoluções de nosso Congresso apontem os caminhos a seguir e as veredas que teremos que abrir.

ANÁLISE DE CONJUNTURA

A POSSE DE LULA E OS ATOS GOLPISTAS

- 18 **O** ano de 2023 se iniciou com os combates para assegurar a posse do presidente legitimamente eleito Luís Inácio Lula da Silva. A posse foi marcada pela realização de atividades que anunciaram claramente o caráter do governo que se iniciava, sua prioridade aos mais pobres, ao crescimento e ao desenvolvimento econômico e social com distribuição de renda, respeito ao meio ambiente e soberania nacional.
- 19 Em continuidade aos atos golpistas realizados em 2022, os bolsonaristas, apoiados destacadamente por setores das forças armadas, por partidos, parlamentares, governos e empresários da extrema direita, invadiram, depredaram e destruíram parte das sedes dos três Poderes, obras de arte e patrimônios públicos presentes e históricos.
- 20 Em continuidade às prisões dos mais afoitos, as investigações comandadas pelo STF continuaram buscando identificar e punir os mandantes e os comandantes da aventura.
- 21 A União dos Três Poderes e da força da grande maioria da população brasileira possibilitou o amplo e pronto restabelecimento da Democracia. Mais de mil pessoas presas ou indiciadas. Foi necessário um mutirão de funcionários e restauradores para reerguer os prédios e restaurar obras de arte nos Poderes destruídos pelo ódio do vandalismo. O Presidente Lula trabalha para pacificar o país; o Legislativo retomou suas atividades e o STF ainda trabalha para identificar e punir os responsáveis principais, dentre os quais se encontram empresários milionários.
- 22 As forças democráticas e populares resistiram ao golpe e a democracia está sendo restabelecida. Aos correntes políticas de centro continuam comandando a partir da Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destacadamente, Arthur Lira joga todas as suas forças para dificultar as mudanças substanciais anunciadas pelo novo governo. Para manter sua base parlamentar unida, busca arrancar do governo, em cada votação, novas concessões. Partidos bolsonaristas que aderiram à base governista continuam chantageando e querem mais cargos e vantagens.
- 23 A principal característica da atual conjuntura está na correlação de forças entre o vitorioso governo democrático, o centro e a extrema direita, no parlamento e na sociedade. A balança vai pender para o lado que conseguir tornar suas realizações visíveis e melhor disputar a opinião pública.
- 24 O governo precisa demonstrar resultados na geração de emprego, na retomada das atividades produtivas e comerciais ain-

A SITUAÇÃO ENCONTRADA PELO GOVERNO POPULAR E DEMOCRÁTICO

da este ano. Simultaneamente, precisamos (11) retomar, ampliar e fortalecer os comitês sindicais e as brigadas digitais para fazer a disputa na base e nas redes.

25 A aventura golpista foi derrotada, mas o resultado das eleições para governos dos estados e para a Câmara dos Deputados e Senado Federal revelaram a força financeira do orçamento secreto e o forte engajamento político e financeiro de grande parte do empresariado com as forças da extrema direita, que elegeram as maiores bancadas nas duas Casas Legislativas.

26 Cabe destacar que, apesar da derrota do golpe, a direita conquistou importantes governos no Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, o que torna ainda mais desafiadora a construção de maiorias nos parlamentos e nas sociedades a favor da reconstrução desencadeada pelo governo democrático e popular.

27 Neste contexto, para que pudesse ter orçamento e maioria parlamentar para implementar seu programa, Lula foi forçado a negociar com o Centrão e parte da direita antes mesmo da posse e apoiar as pretensões de Arthur Lira – principal líder do Centrão – e de Rodrigo Pacheco para as respectivas presidências da Câmara e do Senado.

28 O diagnóstico da situação em que o governo Lula encontrou a Presidência da República, os ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas e estatais revelou um cenário de terra arrasada. Destruíram móveis e imóveis, desmontaram as políticas públicas de fiscalização do trabalho, meio ambiente, saúde, educação e proteção social.

29 Além da invasão de exploradores de madeira, também os garimpeiros foram liberados e estimulados pelo governo Bolsonaro a invadir as terras indígenas. O uso abusivo de mercúrio envenenou os rios, as águas, os peixes e provocaram a fome e a morte.

30 A visita de Lula à região revelou o descaso, a omissão, a discriminação e as ações criminosas do governo Bolsonaro. Centenas de Yanomamis morreram, dentre eles muitas crianças e tantos outros passavam fome. O governo agiu com rapidez e de forma integrada, como deve agir um governo democrático e popular.

31 Este caso e o abandono da política de prevenção de calamidades, como a ocorrida no litoral norte de São Paulo, revelam apenas parte da desastrosa situação do país recebido pelo governo democrático e popular, que já começou a reconstrução.

AÇÕES DO GOVERNO E A REALIDADE NO COMÉRCIO E SERVIÇOS

32 **L**ula se reuniu com as centrais sindicais e disse a todas elas que quer uma proposta unitária sobre diversos temas para serem discutidos em uma mesa de negociação no Ministério do Trabalho. Uma mesa que viabilize um diálogo tripartite, onde as centrais sindicais, as confederações patronais e representantes do Estado sentam-se à mesa para negociar:

- Regulação do trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos;
- Fortalecimento das negociações coletivas e reforma sindical;
- Revisar e revogar retrocessos trabalhistas
- Reforma tributária progressiva, que faça justiça social, isentando os mais pobres e cobrando impostos progressivos dos detentores de grandes fortunas;
- Recuperar a política de valorização do salário-mínimo.

33 São muitas as iniciativas já adotadas pelo novo governo federal, visando a reconstrução e a reindustrialização, com geração de emprego e renda e trabalho digno. Os resultados começaram a aparecer, mas a reindustrialização e retomada do crescimento dependem da queda das abusivas taxas de juros, mantidas por um Banco Central “autônomo” em relação ao governo, mas umbilicalmente ligado aos interesses de banqueiros e especuladores.

34 É imprescindível e urgente a mudança na legislação para que o presidente do Banco Central volte a ser indicado pelo Presidente da República, em face de sua relevância para o controle dos fatores macroeconômicos que impactam direta e fortemente a economia.

SITUAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

35 **A** manutenção das elevadas taxas de juros impacta diretamente as vendas e a remuneração dos comerciantes que ganham comissões de venda. Desestimula e encarece o crédito dificultando enormemente a retomada das empresas que fecharam ou a abertura de novos negócios.

36 A Contracs deve se inserir nesta batalha pois são de interesse direto de nossos representados. As maracutaias, roubos e manobras fiscais que ocorriam às escondidas começam a aparecer.

37 A forma escandalosa como os cartões corporativos foram usados por Bolsonaro e seus ministros revelam como transformaram o governo em uma “ação entre amigos”, marcada pela corrupção. É neste contexto, que se insere o caso do Grupo

Americanas e tantos outros que podem emergir deste lamaçal político e econômico deixado pelo governo.

- 38 A pronta reação da CONTRACS, que buscou alianças com a CUT e outras Centrais Sindicais, pressionando a atual gestão do Grupo Americanas para assegurar os empregos e o pagamento dos salários dos funcionários foi fundamental. Os três principais acionistas saquearam a empresa e os bancos buscaram assegurar seus investimentos no negócio.
- 39 As lutas em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras são cruciais para armar nossos sindicatos e alertar a sociedade sobre a relevância dos empregos e dos direitos dos trabalhadores, pois casos semelhantes tendem a aparecer.
- 40 O desemprego, o baixo volume de negócios, a precarização de direitos, a alta rotatividade e a fragmentação e fragilização da organização sindical são os maiores problemas de nosso ramo.
- 41 Daí porque (12) uma forte retomada das atividades comerciais e de serviços passa pela valorização do salário-mínimo, pela redução das taxas de juros, pela ampliação da oferta de crédito barato, por programas que ajudem a superar o endividamento das famílias, pela recuperação das aposentadorias e pela retomada das obras e programas públicos.
- 42 A geração de emprego e renda impacta imediatamente o volume de vendas e a remuneração dos trabalhadores e das trabalhadoras do nosso ramo.
- 43 Marca e desafia nossas entidades também o vertiginoso crescimento da quantidade de trabalhadores por plataforma. A adoção do Just in Time tem resultado na redução dos estoques de mercadorias – e dos trabalhadores que ali trabalhavam – e intensificado a entrega e a reposição das mercadorias na hora e quantidade certas, de acordo com a demanda.

EIXOS ESTRATÉGICOS DA CONTRACS NO PERÍODO

1. Fortalecimento das negociações e contratações coletivas

44 Com o objetivo de organizar nosso plano de ações, propomos que as estratégias e táticas da direção da Contracs até o próximo Congresso sejam articuladas em cinco eixos de atuação, cada um com seus desafios:

1. Fortalecimento das negociações e contratações coletivas;
2. Revogação dos retrocessos e retomada de direitos;
3. Defesa de mais empregos no comércio e serviços;
4. Reforma sindical e fortalecimento da organização da Contracs.

- Aprimorar nossas estratégias de negociação coletiva
- Lutar por melhores remunerações no setor, assegurando pisos e salários dignos;
- Lutar pelo trabalho decente, com jornadas, ritmos e condições de trabalho que respeitem a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Identificar os principais motivos da rotatividade no ramo de comércio e serviços e a crescente rescisão por acordo ou a pedido e definir uma estratégia de atuação;
- Combater a precarização e defender o trabalho decente, com respeito a todos os direitos.
- Unificar as campanhas salariais continua sendo um imenso desafio. A unificação das datas-bases deve continuar dentre as prioridades da CONTRACS.

Aprimorar nossas estratégias de negociação coletiva

- 45 A estratégia de fortalecimento e organização dos trabalhadores passa necessariamente pelo nosso poder de negociação coletiva, atuação nas grandes redes, pelo aumento da representatividade dos nossos sindicatos e pela ampliação da representação da nossa Confederação junto a nossa base.
- 46 As negociações coletivas já são o principal momento de nossos sindicatos há muitos anos. Especialmente a partir de 1978, com as mobilizações fortes dos metalúrgicos do ABC, iniciadas na Saab Scania, as negociações coletivas foram ano após ano ampliando as conquistas asseguradas nas convenções coletivas. Por meio delas, os trabalhadores se aproximam dos sindicatos, amplia-se a conscientização e a sindicalização.

- 47 A negociação coletiva é um dos principais instrumentos de defesa e ampliação de direitos dos trabalhadores(a)s. Fortalecer os meios e os instrumentos que possibilitem qualificar e melhorar a correlação de forças nas mesas de negociação é estratégico para o sindicalismo.
- 48 Sem dúvida, as campanhas salariais se tornaram o maior atrativo e um divisor de águas entre direções sindicais autênticas e pelegas. Esse protagonismo das negociações coletivas na vida sindical tornou-se ainda mais forte e decisivo.
- 49 A aprovação da contrarreforma trabalhista, prevendo a prevalência do negociado sobre o legislado, e o desmonte do sistema de financiamento das entidades sindicais tornam as negociações mais difíceis e desafiadoras. Razão pela qual a direção da CONTRACS e suas regionais devem dar prioridade máxima ao seu planejamento e realização.
- 50 Os planejamentos regionais devem selecionar essa questão como sua prioridade e, em torno dela, definir parâmetros e produzir subsídios para a pauta de reivindicações, unificar as formas de mobilização e até as estratégias de pressão, que podem se dar em calendários unificados.
- 51 Nesse contexto, a realização articulada das campanhas cujas datas-bases são próximas confere materialidade à proposta de unificação também das datas-bases. Primeiramente, onde for possível, avançando para que possamos ter uma única data-base, senão para todas as categorias representadas, pelo menos por segmentos.
- 52 O trabalho sindical precisa interpretar e considerar o conceito de categoria de forma mais abrangente, procurando incorporar todo o setor de atividade em sua representação, como forma de neutralizar os efeitos nefastos da fragmentação das atividades comerciais e de serviços.
- 53 É preciso estudar e definir parâmetros relativos a:
- Formas de contratação, em face das diversas situações existentes;
 - Jornada de trabalho e intervalos para descanso, contemplando compensação e banco de horas, pagamento de horas extras, dentre outros aspectos;
 - Remuneração, contemplando além do piso salarial, ou salário-base, estratégias para trabalhar os adicionais pagos aos comissionistas.
 - Saúde e condições de trabalho, contemplando as sequelas da Covid 19, os ritmos e cargas de trabalho, a pressão e o assédio patronal.

A saúde do trabalhador como estratégia central na ação sindical

- 54 A intensidade do trabalho ocorre ao lado das incertezas em relação ao emprego. Neste contexto, verifica-se um crescente adoecimento dos trabalhadores e trabalhadoras.
- 55 Neste cenário, a saúde do trabalhador deve estar dentre as prioridades da atuação sindical. É necessário cobrar das empresas o cumprimento das normas regulamentadoras, se fazer presente nos locais de trabalho, verificando a situação, inclusive em relação às sequelas da Covid.
- 56 Além da assistência e orientações aos afastados e afastadas é preciso incluir cláusulas nas negociações coletivas assegurando a prevenção a saúde dos trabalhadores.

O trabalho intermitente

- 57 Está entre nossos desafios avançar nas negociações, visando reduzir a contratação via trabalho intermitente, que dificilmente será revogado pelo Congresso Nacional. Trabalhadores com baixa escolaridade foram os mais atingidos pelos contratos intermitentes, que foram mais usados em atividades como vendedor do comércio varejista, atendentes de loja e mercados, assistente de vendas, garçons e faxineiros.
- 58 Tem crescido a precarização nas relações de trabalho, com impacto sobre a saúde do(a) trabalhador(a). O aumento dos contratos na modalidade intermitente e a respectiva baixa remuneração gera uma realidade onde há uma redução da massa salarial do(a)s trabalhadores(as), diminuindo também o poder de compra das famílias.

2. Revogação dos retrocessos e retomada dos direitos

- Lutar em defesa e pela ampliação dos direitos e pela revogação dos retrocessos trabalhistas, previdenciários e sindicais.
- Lutar pela inclusão da ultratividade das cláusulas de acordos e convenções coletivas.
- Lutar pela hierarquia das leis e prevalência dos acordos e convenções coletivas setoriais sobre acordos por empresa e individuais.
- Lutar pelo retorno das homologações para as entidades sindicais.
- Lutar pela regulação do trabalho dos motoristas e entregadores por aplicativos considerando as especificidades dos que trabalham para o ramo de comércio e serviços.
- Lutar pela valorização do salário-mínimo nacional e dos pisos estaduais.

Rever a reformas trabalhista e previdenciária

- 59 Foi constituído no âmbito do Ministério do Trabalho uma mesa de negociação para rever a reforma trabalhista e revogar os retrocessos. Neste espaço os direitos perdidos devem ser postos na mesa, tendo por objetivo recuperá-los.
- 60 A CUT já elaborou a lista dos principais direitos que precisam ser restabelecidos. Cabe a nossas entidades cerrarem fileiras e encaminharem em suas bases o plano de lutas, seguindo as orientações da CUT.
- 61 Simultaneamente, nas negociações coletivas de cada sindicato a recuperação das perdas deve ser inserida na pauta e buscada a reparação.

3. Defesa de mais empregos no comércio e serviços

- Lutar em defesa dos atuais empregos e pela geração de novas oportunidades de trabalho e renda.
- Lutar pela redução das taxas de juros e pelo deslocamento dos investimentos da especulação para atividades produtivas, o comércio e serviços, gerando mais oportunidades de trabalho, renda e capacidade de consumo.
- Acompanhar de perto as medidas governamentais e cobrar compromisso do governo federal de ajudar as famílias a superar situações de endividamento, questão essencial para a retomada do consumo.

■ Apoiar as iniciativas governamentais voltadas para a retomada do crescimento e das atividades econômicas, e atuar junto aos governos por programas de apoio, vinculados à geração de emprego e trabalho digno, às empresas que ainda não conseguiram reabrir suas portas, com destaque para o ramo de comércio e serviços.

- 62 A inoperância governamental durante a pandemia da Covid 19 é a principal responsável pela quantidade de portas que foram fechadas no comércio e serviços. A recuperação está ocorrendo lentamente e ganhou destaque o pedido de recuperação judicial entrado pelo Grupo Americanas, pelas suas dimensões.
- 63 Entretanto, são milhares as portas fechadas que podem ser reabertas e os empregos retomados. O governo tem assumido sua parte retomando obras paradas, condenando as altas taxas de juros, iniciando a recuperação do salário-mínimo, retomando o programa Bolsa Família, dentre outras iniciativas que poderão melhorar o consumo e ajudar na recuperação das atividades comerciais e de serviços.
- 64 A Contracs deve exercer seu protagonismo e estar na linha de frente contra as altas taxas de juros, que interferem diretamente no comércio. É preciso combater a pretensa autonomia do Banco Central, e exigir que o seu presidente bolsonarista raiz seja substituído, pois tem boicotado o esforço de reconstrução do governo. As taxas de juros têm de ser abaixadas, como forma de estimular o deslocamento dos investimentos da especulação para a produção.
- 65 Com menores taxas de juros os crediários ficam mais baratos e acessíveis, o que potencializa o comércio e os serviços, gerando emprego e oportunidades de trabalho. Nesta mesma direção, o cumprimento da promessa de ajudar as famílias a superarem suas situações de endividamento é essencial.

4. Reforma sindical e fortalecimento dos sindicatos

- 66 Em um cenário de precarização do trabalho, um salto de qualidade na nossa organização é essencial para que a CONTRACS possa continuar defendendo os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.
- 67 É visível o crescimento da informalidade e da fragmentação do trabalho, dificultando a quem vive do seu próprio trabalho se identificar como classe e a que categoria profissional pertence.
- 68 Mulheres e jovens trabalhadores adquirem cada vez mais importância para a luta sindical. Os trabalhadores precisam ser atraídos e filiados em nossas entidades. A CONTRACS busca integrar esses segmentos à sua base de representação, construindo

do um sindicalismo classista, democrático, organizado e capaz de agir com presteza e eficácia em defesa dos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras.

- 69 A ampliação da representatividade, o fortalecimento das federações, a gestão democrática e compartilhada e o fortalecimento da negociação coletiva devem estar entre as principais prioridades da Contracs.
- 70 O comércio e serviços já é um dos principais ramos de atividade e sua organização sindical adquire caráter estratégico para a CUT e para o sindicalismo brasileiro e mundial. Nossa posição é pela unidade sindical nos distintos segmentos que compõem o nosso ramo.
- 71 Em face da fragmentação e da disputa por representação no macrossetor de comércio e serviços, a CONTRACS se concentra em ampliar a organização e representação no seu amplo ramo de atividades. Busca uma atuação alinhada com os demais setores, a unificação das lutas, a superação da fragmentação e a socialização das informações e linhas de atuação coletivas.
- 72 O resgate da solidariedade de classe deve ser uma diretriz presente em nossas ações, buscando sempre a construção da unidade da classe trabalhadora. Devemos fortalecer os processos articulados de negociação coletiva das categorias do ramo, assim como promover a unidade de ação de diferentes categorias para que desenvolvam a negociação coletiva no mesmo período com o objetivo de aumentar seu poder de pressão e de elevar sua consciência de classe.
- 73 É de vital importância que o sindicalismo tenha um papel crescente na sociedade, que seja um sindicalismo social e mais solidário, integrado à cidadania, que represente todos os trabalhadores e trabalhadoras do ramo de comércio e serviços, independente das formas de contratação.
- 74 Um sindicalismo que enfrente o caráter destrutivo e de intensa exploração do capitalismo. Que esteja alinhado com os movimentos sociais e integrado às lutas pela retomada dos avanços civilizatórios. Que integre trabalho e meio ambiente, trabalho e educação, trabalho e gênero, trabalho e cultura, trabalho e bem-estar, trabalho e juventude, trabalho e terceira idade.
- 75 A luta da CUT continua sendo a defesa da liberdade e da autonomia sindical. A sustentação financeira continua tendo papel central na definição da estratégia de atualização do projeto organizativo da CUT.
- 76 Na atual situação, a adoção da liberdade sindical sem freios, defendida por grande parte do Congresso Nacional, seria um desastre para nossa organização. Ela oferece possibilidades amplas para a criação de sindicatos nos diferentes ofícios que



compõem os segmentos de nosso ramo, onde mesmo com a unicidade já existe fragmentação da organização sindical. Mas, também possibilita a criação de sindicatos por empresa, que em grande parte dos países têm facilitado a fragmentação e redução de direitos.

- 77 No Chile, apenas na capital, Santiago, há mais de 100 sindicatos de comerciários. Esta fragmentação enfraquece a categoria e põe o estabelecimento dos salários e direitos no centro da competição entre as empresas. A negociação coletiva com convenções coletivas de todo o comércio e serviços - que devemos almejar - ajuda a regular, equilibrar e a deslocar para outras áreas a concorrência entre as empresas.

Ampliar a representação

- 78 Um dos maiores desafios da Contracs neste congresso é construir estratégias e ações visando a filiação dos trabalhadores por aplicativos em nossas entidades e, no caso de terem entidade de primeiro e segundo grau, em nossas federações e na CONTRACS/CUT.
- 79 Para isso é preciso conquistar e revelar a importância de nossos sindicatos para os trabalhadores e trabalhadoras, o que implica inserir suas demandas nas negociações coletivas, o que pode exigir acordos específicos com empresas terceirizadas ou fornecedores de mercadorias.

A reforma sindical

- 80 Em âmbito internacional é intensa a fragmentação da organização sindical e a perda de direitos, especialmente com a criação de Sindicatos e a realização de negociações coletivas por empresa. Esta realidade desafia o movimento sindical a refletir como defender sua autonomia, que se constitui em uma dimensão essencial da liberdade sindical.
- 81 A classe trabalhadora está desafiada a conquistar uma organização sindical e um sistema de relações de trabalho que assegure a autonomia como expressão da liberdade sindical, mas sem abrir espaço para uma maior fragmentação sindical, tornando ainda mais frágil a defesa de direitos.
- 82 A hegemonia neoliberal vem usando o princípio da liberdade sindical, desvirtuando sua dimensão coletiva e positiva e supervalorizando suas dimensões individual e negativa, para atacar e enfraquecer a organização sindical (sindicato por empresa ou sem sindicato), desvalorizar a negociação coletiva e dar prevalência aos acordos por empresa e/ou individuais.

- 83** O uso da liberdade sindical para fragmentar a representação e enfraquecer a negociação coletiva está presente em diversas proposições legislativas e é o centro dos projetos do GAET, constituído durante os governos do retrocesso. Dentre as iniciativas está a de reduzir a representação sindical e limitar os efeitos das convenções e acordos somente para sócios – trabalhadores e empresas. As negociações deixam de ser por categorias e passam a ser por unidades de negociação, definidas por consenso entre trabalhadores e empregadores. As empresas que não se mantêm filiadas às entidades patronais que participam da negociação não são obrigadas a cumprir o que for conveniado.
- 84** Nesta perspectiva, tem predominado, em muitos países, a criação de sindicatos por empresas, a prevalência dos acordos sobre as convenções, a queda no número de filiados, a queda na cobertura dos contratos coletivos, o aumento das desigualdades, o enfraquecimento da representação sindical, resultando em menores salários e maior precarização.
- 85** Também está entre nossas preocupações a sustentabilidade de nossas entidades. Foi dado um fim à contribuição sindical obrigatória, sem que nada em seu lugar fosse assegurado. As contribuições incluídas nas Convenções Coletivas, aprovadas em assembleia e descontadas de todos que se beneficiam das conquistas ali estabelecidas é essencial.
- 86** Parte da classe patronal, quando não resiste em incluí-las dentre as normas coletivas negociadas, incentiva os trabalhadores e as trabalhadoras a irem cobrar a devolução nos sindicatos. O Ministério Público e a Justiça do Trabalho também têm dificultado esta forma de financiamento. Esta é uma questão estratégica a ser contemplada em articulações junto aos Três Poderes e à classe patronal.
- 87** A tão almejada reforma sindical caminha em meio a contradições, dificuldades e divisões. Há divisão sobre a adoção ou não da liberdade sindical entre as entidades dos trabalhadores e entre as entidades patronais. O maior risco do fim da unicidade, no atual contexto, é a fragmentação sindical, com a formação de sindicatos e assinatura de convenções coletivas por empresa.
- 88** De fato, onde a liberdade sindical existe, em um contexto de profundas transformações no mundo do trabalho, a fragmentação com criação de sindicatos e negociações por empresa têm levado à redução de direitos. Parte da classe patronal e dos parlamentares atuam nesta direção, mas grande parte das entidades patronais não querem a liberdade sindical, com receio de que também entre eles haja a fragmentação sindical. Prepondera entre os empresários a posição de não adotar a liberdade sindical, com receio de divisão entre eles e de surgimento de sindicatos por empresa.

Projeto de reforma sindical das centrais sindicais

- 89 A proposta articulada pela CUT é de priorizar, no momento, a construção de um Projeto de Lei que promova alterações na legislação sem mexer no artigo oitavo da Constituição Federal. Nesta proposta:
- O sindicato continua sendo a base do sistema de representação de interesse dos trabalhadores.
 - Categoria é interpretada como a agregação dos trabalhadores por ramos ou setor de atividade econômica.
 - A organização vertical do sistema sindical (federação, confederação e central) é definida com autonomia.
 - O projeto incentiva a ampla agregação e desincentiva a fragmentação e pulverização.
 - Representatividade e representação são fontes de poder coletivo, definidos por uma instância de autorregulação, composta por duas câmaras, uma das centrais sindicais e outra das confederações patronais e uma conjunta.
 - Assegura regras de democracia sindical, como direito de oposição, processos eleitorais democráticos, limite de mandato, transparência na prestação de contas, dentre outros.
- 90 Propõe um processo de transição do atual sistema para o novo sistema de relações de trabalho (Sistema CART – Conselho de Autorregulação das Relações de Trabalho), onde todas as organizações existentes estarão incluídas no processo de transição para o novo sistema. As mudanças e o alcance dos resultados indicados garantirão às entidades sindicais prerrogativas de:
- Agregação sem nova fragmentação,
 - Unidade de ação
 - Financiamento com contribuição solidária de custeio definida em assembleia
 - Acesso a outras fontes de financiamento (prestação de serviço ou subvenção por serviço e atividade de representação).
- 91 É possível avançar na organização e nas transformações em nossos sindicatos sem correr os riscos acima apontados. Para isso, a opção na atual conjuntura é mudar a legislação sem alterar o artigo oitavo da Constituição Federal, mas avançando em garantias essenciais. Este é o caminho que está sendo seguido pela maioria das centrais, dentre elas a CUT.

Nosso projeto político e organizativo

- 92 Nosso projeto político organizativo para toda a base de representação da CONTRACS deverá tratar da unidade interna
- Fortalecer as federações e sindicatos;
 - Democratizar ainda mais as instâncias deliberativas e espaços consultivos;
 - Consolidar iniciativas para a sustentabilidade da ação sindical; e
 - Potencializar a negociação coletiva.
- 93 É neste caminho, abrindo caminhos que iremos rompendo com a estrutura sindical corporativa, que dificulta o avanço das lutas pelos direitos da classe trabalhadora e pela democracia.
- 94 As novas tecnologias possibilitam às direções sindicais fazerem mudanças significativas em suas práticas sindicais, tornando mais efetivas a presença cotidiana ao lado dos trabalhadores, reduzindo despesas, melhorando as receitas e aumentando as possibilidades de formação, informação e mobilização.
- 95 Entretanto, em nosso ramo predomina a alta rotatividade, o que torna a sustentabilidade dos sindicatos apenas com as mensalidades dos associados uma missão impossível. Neste contexto e conjuntura, a taxa ou contribuição negocial, aprovada em assembleia e descontada de todos que se beneficiam da convenção coletiva, deve ser buscada em todas as frentes de atuação.
- 96 Aprovamos o caminho que vem sendo percorrido nas negociações com as outras centrais, com a classe patronal, com o governo e com o Congresso Nacional por considerá-la mais adequada ao nosso ramo, no atual contexto e conjuntura.

Financiamento e equilíbrio financeiro das entidades sindicais

- 97 A campanha de sindicalização é essencial, mas, absolutamente insuficiente para assegurar a sustentabilidade das entidades do ramo de comércio e serviços, dada a alta rotatividade. Situação agravada com os contratos precários e a terceirização derivados da reforma trabalhista.
- 98 O governo democrático e popular já constituiu uma mesa de negociação na qual o fortalecimento das negociações coleti-

vas e a reforma sindical estão na pauta. A contribuição negocial paga por todos que se beneficiam da convenção coletiva tem obtido crescentes adesões. Esta é uma oportunidade histórica para darmos um salto de qualidade nesta questão que tem afetado gravemente nossas entidades.

- 99** Na base comerciária o problema é grave, mais dura ainda é a batalha travada pelas direções sindicais do setor de serviços, a exemplo das históricas de luta de nossos sindicato filiados, dentre outros, onde a classe patronal incentiva e libera os trabalhadores e as trabalhadoras para irem cobrar a devolução do desconto e mobilizam a imprensa para pressionar.
- 100** A defesa de nossas organizações sindicais e da contribuição negocial com valores estabelecidos de forma razoável e com limites claros, definidos por todos os trabalhadores e trabalhadoras em assembleias amplamente convocadas são essenciais.
- 101** A recuperação e fortalecimento de nossas entidades e de sua sustentabilidade depende dos avanços que forem conseguidos nos embates em torno do fortalecimento das negociações coletivas e da reforma sindical e do reforço ao trabalho de sindicalização.
- Intensificar as campanhas de filiação e tornar esta atividade uma rotina de toda a direção, efetivo e suplentes, liberados ou não, com metas mensais, de forma que nenhuma entidade tenha um percentual de filiação inferior ao percentual de sindicalização médio das entidades filiadas à Contracs.
 - Cada entidade deve organizar o trabalho pós-sindicalização, mantendo um diálogo cotidiano com a base e fazendo formação política, sem descuidar dos convênios com empresas de diferentes ramos para atrair mais sócios, além de fortalecer o sindicato.
 - Assegurar a taxa ou contribuição negocial aprovada em assembleia, acordada nas negociações e descontadas de todos os beneficiados pela Convenção Coletiva. A distribuição entre as entidades em seus distintos graus e para as Centrais Sindicais será tratado pelo Conselho de Autorregulação das Relações de Trabalho (CART), previsto na proposta das centrais.
 - Conquistar mudanças substantivas na legislação sindical, revogando os retrocessos sindicais impostos após o golpe político de 2016. A proposta da CUT está nesta direção.
 - Conquistar a ultratividade das cláusulas dos acordos e das convenções coletivas e retornar a homologação das rescisões trabalhistas aos sindicatos. Revogar todos os dispositivos que dificultam o acesso gratuito dos trabalhadores à Justiça do Trabalho.

■ Inibir, se possível impedir, as ações antissindicais, como interdito proibitórios, aplicação de multas e punições abusivas aos sindicatos, perseguição e demissão de dirigentes, pressão para impedir a filiação e o desconto da taxa ou contribuição negocial.

■ Avaliar e buscar rentabilizar os patrimônios, quando possível, e se esforçar para reduzir as despesas, recorrendo às experiências com atividades virtuais realizadas pelo movimento sindical no último período.

Revitalizar, dinamizar e fortalecer os sindicatos

- 102 Em um contexto de muitas dificuldades e imensos desafios, o fortalecimento da CONTRACS confunde-se com a intensificação do trabalho junto aos sindicatos e federações.
- 103 A realização de um trabalho forte e contínuo junto às entidades filiadas deve buscar a formação e preparação de nossas direções e a manutenção e ampliação do percentual de filiação, dado inclusive o caráter estratégico que assume a representatividade e a sindicalização na defesa da soberania das assembleias na generalização das obrigações nelas aprovadas.
- 104 A combatividade da CONTRACS e sua capacidade de representação e negociação tem uma correlação direta com a força de nossos sindicatos nas negociações coletivas.
- 105 Por isto, necessitamos elaborar subsídios, dados e informações para as negociações, para o trabalho de acompanhamento das proposições que tramitam no parlamento e nas defesas judiciais. A secretaria de Formação precisa auxiliar as coordenações regionais no trabalho de planejamento e formação de quadros nas entidades filiadas.
- 106 Orientar e preparar as entidades para defender os direitos nas negociações coletivas, no parlamento e na Justiça do Trabalho. Fazer o mesmo em relação ao combate às altas taxas de juros e necessidade de medidas que apoiem a retomada das atividades comerciais e de serviços paralisadas.
- 107 Frentes de atuação que farão toda a diferença na imagem que os trabalhadores terão dos sindicatos e nas possibilidades de realizarmos vitoriosas campanhas de sindicalização.
- 108 Essa luta também perpassa por uma perspectiva de atuação efetiva no legislativo. Com este objetivo, a CONTRACS tem acompanhado permanentemente junto à Câmara e ao Senado as proposições que afetam – positiva ou negativamente – os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do ramo.

Formação sindical

- 109 A CONTRACS precisa aprimorar e ajustar seu plano de formação de dirigentes e de trabalhadores e trabalhadoras de base à nova realidade pós-reformas. Cursos de direitos dos trabalhadores, com um manual atualizado, realizados regionalmente ou em cada base sindical precisam ser dinamizados urgentemente. O objetivo neste caso é formar uma rede de defensores de direitos nos sindicatos e nas empresas, que realce a importância do sindicato e da sindicalização.
- 110 Para os dirigentes, especialmente os liberados, dois cursos adicionais são essenciais. Um voltado para prepará-los para os processos de negociação coletiva em todos os campos. As negociações serão mais difíceis e nossas estratégias e táticas de negociação precisam ser aprimoradas, ajustadas ao momento presente e transmitidas a todos e a todas dirigentes.
- 111 Qualificar a atuação das entidades filiadas nos processos de negociação coletiva envolve um conjunto de investimentos na formação sindical, na organização sindical do ramo e no acompanhamento e assessoria dos processos de negociação coletiva para que estas incorporem as demandas apresentadas pelos trabalhadores.
- 112 A CLT é o patamar mínimo a ser respeitado e as negociações coletivas existem para ampliar direitos, nunca para reduzi-los ou flexibilizá-los. Esse é um aspecto fundamental do princípio de independência de classe adotado pela CUT desde sua fundação.
- 113 O segundo é um curso de ação sindical, que contemple as lutas sindicais do dia a dia, mas também a necessidade de ações de maior envergadura, junto com a CUT e aliados, para fazer frente aos novos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho e pelas oportunidades decorrentes da posse do governo democrático e popular.

Inovar nas práticas sindicais

- 114 Buscar por inovações na prática sindical, que aproximem as direções dos trabalhadores e trabalhadoras, forjando lideranças reconhecidas e autênticas. Neste sentido, implementar o que já foi aprovado no X Congresso com criatividade.
- 115 Fortalecer o processo de convocação e participação nas assembleias da categoria como um espaço de discussão e fortalecimento das finanças do Sindicato.
- 116 Ampliar a solidariedade sindical com a participação coletiva em mobilizações, panfletagens, eleições sindicais, potencializando nossas lutas.

- 117** Intensificar os trabalhos na luta contra a retirada de direitos, participando e dialogando com os parlamentares, estimulando as direções sindicais a organizarem comitês de luta e brigadas digitais para atuar nas redes sociais junto às bases dos parlamentares de cada Estado, mas também combatendo fake news e defendendo a democracia e disputando nossas ideias e proposta na sociedade.

Trincheiras da CONTRACS

- 118** A estrutura principal da CONTRACS permanecerá em São Paulo. Brasília continuará sediando o trabalho político de acompanhamento das proposições que tramitam no Legislativo, intensificando os processos de registro sindical e acompanhamento jurídico. Com a posse do governo democrático e popular a atuação junto aos três Poderes deve ser intensificada.
- 119** Estrategicamente, a vitória do governo democrático e popular não implica necessariamente na derrota da extrema direita, que se articula com o centrão e chantageia o governo. Neste sentido, manter, ampliar e qualificar a unidade do campo democrático é tão essencial como realizar acompanhamento sistemático das proposições legislativas e posicionamentos da Justiça do Trabalho e STF.
- 120** Será fundamental acompanharmos presencialmente as articulações sindicais em Brasília, as reuniões no parlamento, no Ministério do Trabalho e outros órgãos governamentais. Acompanhar o registro sindical, defender base territorial e de categoria profissional de nossas entidades sindicais e fazer a defesa de direitos nos processos nos tribunais superiores são desafios que ganham relevância no novo contexto político. Nesse sentido, a CONTRACS fortalecerá também o seu Coletivo Jurídico.
- 121** Fortalecer as coordenações regionais para que possam ter maior liberdade para buscar, atrair e filiar novos sindicatos e federações. Fortalecimento que deve derivar da realização de planejamentos regionais alinhados com o nacional e implementação de uma agenda voltada para a unificação das ações de defesa dos direitos dos trabalhadores, ameaçados pelas reformas.
- 122** São muitas as entidades e mobilizações de trabalhadores de nosso ramo de comércio e serviços que podem ser procuradas e trabalhadas para que se integrem à CONTRACS. Os planejamentos regionais deverão analisar a situação de cada região em relação à nossa proposta de fortalecimento da nossa confederação e às lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores, abarcando todas as categorias representadas e as possibilidades de filiação ou conquista da entidade para ingressar em nossas fileiras.

UMA SOCIEDADE DE DIREITOS QUE RESPEITE A DIVERSIDADE

O MERCADO DE TRABALHO PARA AS MULHERES HOJE

- 123** Estudos recentes demonstram que a inserção das mulheres no mercado de trabalho ficou mais precária com as novas modalidades de contratação, piorando a luta por equidade salarial e de direitos. Elas estão mais suscetíveis ao rompimento do contrato de emprego, às possibilidades de precarização e à terceirização.
- 124** Os compromissos das mulheres com filhos, casa e idosos dificultam os seus acessos a oportunidades de trabalho e formação. Neste contexto, a luta pela equidade de direitos e salarial entre homens e mulheres exige o engajamento todos.
- 125** Garantir que homens e mulheres tenham oportunidades iguais no trabalho e na vida são direitos humanos essenciais e responsabilidades de todos. A Contracs deve tomar as medidas necessárias para garantir isso.
- 126** Quando falamos de igualdade estamos tratando de uma transformação geral da forma como a sociedade se organiza e questionando todas as formas de desigualdade e hierarquia. Nesta direção, a problemática da desigualdade é atravessa transversalmente e está presente em todos os fatos sociais, em suas distintas dimensões, a como sexual, étnico-racial, dentre outras.
- 127** Cabe registrar, a título de exemplo, a situação da empregada doméstica, que muitas vezes, depois de passar todo o dia na casa da família que a contrata, continua a jornada com tarefas familiares em sua casa. O que sempre estica é o trabalho das mulheres, inclusive quando o desemprego atinge os homens da família.
- 128** Um desafio colocado para as mulheres é pensar a nova reconfiguração da divisão internacional e sexual do trabalho; em como ela reestrutura toda a vida social, impondo mais às mulheres cada vez maior uso intensivo da força de trabalho. Por certo, por meio de novas modalidades, como a exploração de migrantes. Mulheres paraguaias, uruguaias, equatorianas, bolivianas e venezuelanas chegam ao Brasil submetidas ao trabalho degradante, com fortes traços de trabalho escravo, na indústria de vestuário. Produzem para as marcas de confecções vendidas para as grandes redes multinacionais como a C&A, MOfficer e Zara e para redes locais, como as Lojas Marisa.

IGUALDADE NA VIDA, NO TRABALHO E NO MOVIMENTO SINDICAL

- 129 **O** princípio da igualdade é uma reivindicação histórica para garantir que homens e mulheres, em toda a sua diversidade, tenham as mesmas condições para decidir o que é melhor para suas vidas. Isso pressupõe que tenham as mesmas condições de acesso, permanência e ascensão no mercado de trabalho, acesso à justiça, à terra, aos serviços públicos, participação nos espaços de representação formal nos partidos políticos e nos movimentos e organizações sociais e sindicais.
- 130 A vitória do governo democrático e popular e a reinstalação de ministérios que contemplam toda a diversidade étnica, social e sexual de nossa sociedade amplia os espaços de atuação do movimento sindical na defesa da igualdade de gênero.
- 131 Para rompermos o ciclo vicioso da discriminação é importante afirmarmos a necessidade do compartilhamento das responsabilidades domésticas e familiares entre homens, mulheres. Lutar pela redução da criminalização das mulheres, quando acontece um incidente ou tragédia envolvendo o cuidado com seus filhos e filhas.
- 132 A CONTRACS é a Confederação que mais cresce em representação de trabalhadores e sua base se aproxima em 50% homens e 50% mulheres. Esta é uma importante referência a ser considerada no combate às desigualdades de representação presentes na própria classe trabalhadora.
- 133 A aprovação da paridade é o reconhecimento dessa situação e da necessidade de ter compromisso com mudanças nas práticas sindicais. A CONTRACS e as entidades filiadas estão desafiadas a trazer as mulheres para a organização sindical, incorporando-as nos cursos de formação e preparando-as para assumir posições na direção sindical.
- 134 As mulheres querem assumir a condução de suas lutas, trazer e tratar os problemas que as atingem, pois são naturalmente portadoras de legitimidade e qualificação para serem protagonistas em suas lutas, bem como de toda a classe trabalhadora.
- 135 A paridade entre homens e mulheres é um passo fundamental para iniciar uma mudança na concepção política e sindical da CONTRACS e nas ações do dia a dia da nossa Confederação. Atuar para que as relações internas do movimento sindical CUTista se deem de forma que garantam o respeito à representação feminina, considerando as especificidades da condição da mulher.



IGUALDADE DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

136 **A** divisão entre homem e mulher no trabalho está na base social da discussão sobre opressão e desigualdade. Há dois princípios organizadores das relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho em nossa base. O da separação do que é trabalho de homens e de mulheres e o da hierarquia, que valoriza mais o trabalho dos homens do que o das mulheres. Superar estas duas características conceituais é fundamental para enfrentar a opressão e a desigualdade.

137 A construção do conceito da divisão sexual do trabalho possibilitou o questionamento da definição clássica de trabalho. As mulheres feministas problematizaram a divisão em classes sociais, apontando que não davam conta do conjunto da realidade do trabalho. Denunciaram como falsa a visão que apontava os homens como destinados ao trabalho produtivo e as mulheres ao trabalho reprodutivo. Demonstraram que as mulheres estão simultaneamente nas duas esferas: no trabalho produtivo e no trabalho reprodutivo.

138 A abordagem da economia feminista consolidou um enfoque de economia mais amplo, que considera o trabalho de reprodução e outras atividades não monetárias como parte da economia.

RESPEITO À DIVERSIDADE

139 **O** governo democrático e popular já em sua composição ressaltou seu compromisso em por um fim a todas as discriminações de raça, gênero, sexo e etnia, ao conferir a estas questões sociais espaços para discussão, elaboração e implementação de políticas públicas como Ministérios específicos. A Contracs tem nestes espaços amplas possibilidades de expor e transformar em políticas públicas as questões que afetam os trabalhadores e as trabalhadoras de sua base de representação.

140 Dentre elas, as lutas por políticas públicas de atendimento às demandas sociais de pessoas com deficiência, de modo que todos os direitos constitucionais deste grupo social avancem em termos de acesso ao trabalho, à mobilidade, à acessibilidade e aos demais direitos sociais previstos na Constituição. Da mesma forma, o debate e a formulação de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), apontando ações concretas na luta pela livre orientação sexual.

141 Pressuposto básico para que estas oportunidades sejam aproveitadas está na superação das lacunas em relação a esta temática em nossas próprias entidades, visando ampliar a representação da classe trabalhadora para além do ambiente trabalho, preocupando-se com as relações sociais no trabalho e fora dele, combatendo qualquer tipo de discriminação.



PLANO ESTRATÉGICO DE AÇÃO E LUTAS

142 **P**ara alcançar os objetivos anteriormente abordados, o 11º Congresso aprova e orienta a execução do Plano de Ação a seguir:

- 1.** Ampliar a representação e a representatividade CONTRACS/CUT como entidade representativa nacional dos trabalhadores e das trabalhadoras no ramo do comércio e serviços, compreendido em sua dimensão ampliada aqui abordada.
- 2.** Orientar as medidas a serem adotadas pelas entidades filiadas visando a representação e filiação de entidades e trabalhadores(as) que atuam no comércio e serviços por plataformas de aplicativos.
- 3.** Fortalecer a organização sindical de cima a baixo e de baixo para cima, para que haja sustentabilidade e equilíbrio financeiro; dirigentes sindicais preparados em todas as instâncias; maior articulação entre as ações nas negociações coletivas e perante os tribunais.
- 4.** Lutar pela revogação dos retrocessos trabalhistas, previdenciários e sindicais e por uma reforma tributária justa e solidária, que tribute as grandes fortunas, o lucro e os dividendos, tendo sempre o objetivo de recuperar e ampliar direitos sociais, trabalhistas, previdenciários e sindicais.
- 5.** Atuar em sintonia com a CUT e demais centrais sindicais com vistas a aprovar uma reforma sindical que impeça a fragmentação organizativa, a criação de sindicatos por empresas e assegure a contribuição negocial, aprovada em assembleia e descontada de todos e todas que dela forem beneficiados(as).
- 6.** Organizar, socializar e orientar as entidades sobre as estratégias e ações jurídicas a serem executadas visando garantir a cobrança da contribuição negocial instituída em convenções coletivas.
- 7.** Aprimorar as estratégias de negociação e contratação coletiva e ampliar nossa capacidade de mobilização e de realização de movimentos de pressão com alvos estrategicamente selecionados.
- 8.** Lutar pela ultratividade das cláusulas das convenções e acordos coletivos e pela hierarquia das leis e prevalência das Convenções Coletivas sobre acordos individuais ou por empresa.

- 9.** Elaborar em conjunto com o Dieese um plano de atuação visando subsidiar e apoiar as negociações coletivas em cada semestre.
- 10.** Estimular e criar metas e peças de campanha de sindicalização, visando melhorar a representatividade das entidades sindicais, buscando também ampliar significativamente a sindicalização de mulheres.
- 11.** Promover e estimular o funcionamento dos Comitês de Luta e Brigadas Digitais, formando novos para que seja possível combater fake news, defender as proposições de nossas entidades e pressionar os parlamentares a contemplarem nossas demandas no Congresso Nacional. Esta rede de comitês e brigadas será essencial para afastar o governo democrático e popular das armadilhas impostas pelo Centrão, liderado por Arthur Lira.
- 12.** Monitorar as possibilidades de manutenção e geração de novos empregos no comércio e serviços, acompanhando situações como a do Grupo Americanas, para que os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras sejam defendidos em todas as esferas.
- 13.** Promover uma vigorosa política de formação e qualificação dos dirigentes e estímulo à renovação dos quadros, sempre com respeito e solidariedade aos companheiros (a)s que contribuíram para a construção da CONTRACS.
- 14.** Construir uma política de formação articulada com a comunicação, organização e mobilização, de acordo com os novos tempos.
- 15.** Articular ações sintonizadas com as estratégias das redes sindicais internacionais, visando a realização de acordos marco globais e uma atuação sindical nos processos de integração e nas cadeias produtivas globais.
- 16.** Efetivar uma política de diálogo e inserção das mulheres e da juventude em nossas entidades sindicais filiadas. Incentivar as entidades filiadas (Federações e Sindicatos), para que adotem a paridade em suas entidades.
- 17.** Realizar cursos para as mulheres com diversos temas, em especial, de liderança, visando o empoderamento e preparação para ocupar espaços de decisão na direção da CONTRACS.
- 18.** Incentivar a denúncia do assédio sexual e do assédio moral nos locais de trabalho. Realizar campanhas de orientação e conscientização, apoiando as lutas de prevenção e combate à violência.

- 
- 19.** Retomar campanha de combate à violência contra a mulher, já lançada pela CONTRACS e pela igualdade salarial: Trabalho igual, Salário Igual.
 - 20.** Promover campanha anual pelo direito à creche.
 - 21.** Organizar um plano de ação visando orientar as entidades filiadas a combaterem as causas que provocam acidentes e doenças do trabalho.
 - 22.** Acompanhar as revogações dos retrocessos nas Normas Regulamentadoras (NRs) que tratam das condições de trabalho, essencial para melhorar a segurança e a saúde do(a) trabalhador(a).
 - 23.** Ampliar as atribuições e fortalecer as coordenações regionais e o escritório de Brasília em face das oportunidades de atuação junto ao Poder Executivo Federal e aos desafios impostos pela nova correlação de forças no Congresso Nacional.
 - 24.** Construir uma ampla aliança interna na CUT para filiar novas entidades à CONTRACS e conquistar sindicatos nos grandes centros.
 - 25.** Lutar pela melhora nas condições de trabalho dos trabalhadores em limpeza pública, asseio e conservação.
 - 26.** Redigir, articular e defender o reconhecimento da profissão de “Técnico de Abastecimento de Aeronave”.
 - 27.** Lutar pela regulação do vale-combustível, considerando questões de segurança do trabalhador que atua e se desloca na madrugada, tendo dificuldade de acesso ao transporte público, bem como o aumento da violência.
 - 28.**
 - 29.** Garantir, nas atividades da CONTRACS, uma representação nacional das trabalhadoras domésticas, considerando que esta organização é formada por sindicatos de vários estados filiados à FENATRAD. Essa participação trará uma linguagem política e sindical específica da categoria, bem como garantirá direitos e ampliação da organização dos sindicatos em nível nacional.
 - 30.** Ampliar a campanha pela valorização da formalização (carteira assinada) do trabalho doméstico, inclusive nas residências dos(as) dirigentes sindicais.
 - 31.** Trabalhar para gerar e amplificar ambientes onde prolifere relações de confiança mútua.



   **contracscut**

 **contracs.org.br**